

Comissão vai sugerir regime dualista à Constituinte

Um regime de governo "dualista", situado entre o presidencialismo e o parlamentarismo, em que o Presidente da República e o Primeiro Ministro têm atribuições "complementares", foi aprovado ontem pelo Comitê do Executivo e do Legislativo da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais e será proposto ao plenário para inclusão no anteprojeto da nova Constituição. Após discutir durante meses fórmulas híbridas de governo, os integrantes do comitê chegaram a uma solução, com ressalvas do Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, do professor Joaquim Falcão e do jurista Cláudio Lacombe, que são presidencialistas.

O Presidente da Comissão, jurista Afonso Arinos, explicou que a fórmula proposta permite a presença de uma forma de democracia direta — o Presidente será eleito diretamente — e de democracia representativa, através da figura do Primeiro Ministro, indicado pelo Presidente mas eleito pelo Congresso. Ao Presidente, caberá a chefia política da Nação, estando entre suas atribuições a defesa das instituições, as relações internacionais e a intervenção nos momentos de crise. Ao Primeiro Ministro, caberá a execução do Governo.

O detalhamento das atribuições de cada um deverá ser aprovado hoje, mas os conflitos iniciais provocados por posições divergentes foram aparentemente superados. O jurista Miguel Reale, autor do relatório inicial sobre o assunto, fez algumas modificações em seu texto — entre elas a restrição do poder de iniciativa legislativa do Presidente a assuntos universais e gerais, ficando com o Primeiro Ministro a prerrogativa de propor ao Congresso leis sobre orçamento e planos de governo. Isto contentou a corrente que defendia um



Em reunião no Hotel Glória, o comitê decide pelo regime misto de presidencialismo e parlamentarismo, depois de muita discussão sobre o papel do Presidente

maior afastamento do Presidente dos assuntos administrativos, para que ficasse resguardada sua posição de árbitro das crises.

Reale negou, no entanto, que o Presidente venha a ser mera "figura decorativa", afirmando que resistiu a todas as tentativas neste sentido e manteve para o Chefe do Estado uma competência própria. O professor Hélio Jaguaribe, que representava a corrente oposta, também ficou satisfeito com a fórmula de equilíbrio de atribuições. Em sua opinião, o novo regime permitirá ao mesmo tempo assegurar a estabilidade das instituições e acelerar o

processo de mudança social, dividindo essas funções entre duas autoridades.

No regime dualista, o Primeiro Ministro será indicado pelo Presidente e aprovado por maioria absoluta pela Câmara dos Deputados. Se a indicação for rejeitada pela segunda vez, considera-se aprovado o nome indicado pela terceira vez se em dez dias a Câmara não indicar outro nome por maioria absoluta.

A obrigatoriedade do serviço militar ou outro serviço de interesse nacional para a mulher, a criação da guarda municipal subordinada à Polícia Militar e a mudança dos no-

mes da Polícia Militar para Força Pública e da Polícia Civil para Polícia Judiciária, além de modificações em suas atribuições, foram algumas das propostas aprovadas pelo Comitê de Defesa do Estado, da Sociedade Civil e das Instituições Democráticas da Comissão. A proposta atribui às Forças Armadas a obrigação de garantir o respeito aos poderes constitucionais, submetendo-se ao poder civil. De acordo com o relator, Miguel Reale Júnior, a idéia é de que a segurança da Nação num regime democrático deve "desvestir-se da ideologia da segurança nacional".

O relatório aprovado — que também irá ao plenário — cria dois "estados de excepcionalidade", o estado de alarme e o estado de sítio, como medidas graduais. Mais limitado no tempo, no espaço e nas restrições, o estado de alarme será decretado pelo Presidente, ouvido o Conselho de Defesa Nacional — um novo organismo — e com aprovação "ad referendum" pelo Congresso. O estado de sítio será decretado pelo Congresso, por solicitação do Presidente, mas este poderá decretá-lo em casos de guerra externa, submetendo-o ao Congresso "ad referendum".

Comitê discute controle da educação

O Estado deve ou não controlar rigidamente o ensino universitário? Os integrantes do Comitê de Educação da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais consumiram a maior parte da reunião de ontem discutindo esta questão. O professor Hilton Rocha defendeu o controle absoluto do Estado sobre as universidades, enquanto o sociólogo Joaquim Falcão advogou uma posição mais liberal. Após debates, venceu a tese de Hilton Rocha. Para Hilton Rocha, o Gover-

no não pode abrir mão do controle das universidades, limitando os cursos e estipulando o número de vagas de cada carreira.

O Comitê de Educação decidiu também, por unanimidade, instituir a participação das estatais no custeio do ensino em geral. A exemplo da emenda do Senador João Calmon que determina a destinação de 13% do orçamento da União para o ensino, as estatais passariam também a contribuir

com uma porcentagem de seus orçamentos a ser definida por lei ordinária.

O Presidente da Fiesp, Luiz Eulálio Bueno Vidigal, foi voto vencido no Comitê da Ordem Social, ao defender o direito de greve desde que resguardado o trabalho das categorias essenciais. O Diretor do Dieese Walter Barelli teve aprovada sua proposta de que a greve é um direito amplo e irrestrito. Esta decisão não é ainda final: será submetida ao plenário da Comissão.

CNBB prepara as contribuições

BRASÍLIA — A presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) está reunida com os 11 bispos presidentes das diversas Comissões Episcopais de Pastoral para debater a preparação da 24ª Assembléia Geral dos Bispos, que vai de 9 a 19 de abril em Itaici, São Paulo. Dom Afonso Gregory, Bispo-Auxiliar do Rio e coordenador da comissão do encontro de Itaici, disse que dele sairá um documento afirmando os valores de ordem social que a CNBB julga necessário estarem presentes na futura Constituição: família, propriedade, segurança, uma ordem justa.

Ermírio sugere pacto social por setores

O empresário Antônio Ermírio de Moraes, Presidente do Grupo Votorantim e integrante da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, propôs ontem que o pacto social — que considera necessário para o desenvolvimento do País — seja celebrado setorialmente, de acordo com a rentabilidade e condições de cada setor da economia ou região. Para a futura Constituição, o empresário sugeriu dispositivo dando aos trabalhadores participação no faturamento das empresas, e não no lucro, como atualmente.

De acordo com Antônio Ermírio, participando no faturamento — uma empresa não deixa de ter faturamento, embora às vezes deixe de ter lucros —, os trabalhadores "vão querer trabalhar mais para faturar mais". O faturamento da empresa seria fiscalizado por uma comissão de trabalhadores e empresários.

O empresário afirmou que a proposta do Ministro do Trabalho, Almir Pazzianoto, para uma nova legislação dando ênfase à estabilidade no emprego precisa ser analisada com mais profundidade, mas observou que, neste ponto, o empresário brasileiro já é "razoavelmente responsável" e não demite seus empregados simplesmente por demitir.

Os Clubes de Diretores Lojistas de todo o País vão definir nos dias 3 e 4 de abril, em Brasília, um programa a ser defendido pelos candidatos à Constituinte que queiram o apoio dos lojistas.

O Presidente da Federação das Indústrias de Sergipe, Idalito Oliveira, previu que os empresários sairão fortalecidos politicamente das eleições de novembro após a criação da União Brasileira dos Empresários.

Deputado acusa Jair de aliciar Prefeitos no Sul

PORTO ALEGRE — O Líder do PDS na Assembléia, Roberto Cardona, acusou ontem o Governador do Rio Grande do Sul, Jair Soares, de ameaçar cortar a ajuda aos Prefeitos do partido se eles não ingressarem no PFL. Cardona advertiu que, se a ameaça continuar, a bancada do PDS começará a fazer oposição severa ao Governador, bloqueando projetos do Executivo.

Jair reagiu com veemência à denúncia. Garantiu que não obrigou nem está obrigando qualquer pessoa a acompanhar sua nova opção partidária.